

dos ruas, praças e avenidas projetados na sede do Distrito de Paz de Tapirai e especificadas na planta constante do processo nº 1.598, com as seguintes denominações - ruas - dos Baetes, Bauri, Batanduba, Mogiano, Paulista, Sorocabana, Belvedere, São Paulo, Goiás, Ipi, Douradense, Efissaratuba, 9 de Julho, Noroeste, Rio Preto, Isolamento, Araquarense, Leins, 23 de Maio, Crovinhos, Bondeirantes, da Estação, da Divisa e Beriqui; avenidas - Asunqui, Rio Verde, da Leigação e Santa Catarina; praças - da Matriz e Minas Gerais.

Artº 2º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piedade, em 5 de Maio de 1948

O Prefeito Municipal - Raymundo Antunes Soares

João Bueno de Camargo - Secretário Municipal  
Registrado e publicado na mesma data  
supra, na Secretaria Municipal  
João Bueno de Camargo

Lei nº 73 de 7 de Maio de 1948

Que institui o regime salarial familiar aos funcionários municipais.

Raymundo Antunes Soares, Prefeito Municipal de Piedade, Estado de São Paulo etc.

Faço saber que a Câmara Municipal de Piedade decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído a partir de 1º de Janeiro de 1948, para todos os servidores municipais, inclusive os aposentados ou em disponibilidade, o regime de salário-família que será concedido mediante habilitação do interessado, na forma desta Lei.

§ único - O salário-família será concedido a todo servidor ou inativo, que tiver dependentes, na razão de Cr\$ 30,00 mensais por dependente.

Art. 2º - Consideram-se dependentes, desde que vivam total ou parcialmente a expensas do servidor ou inativo:

- a) o filho menor de 18 anos;
- b) o filho inválido, de qualquer idade;

§ único - Compreende-se nas alíneas "a" e "b" os filhos de qualquer condição, os enteados e adotivos.

Art. 3º - A invalidez que caracteriza a dependência é a incapacidade total e permanente para o trabalho.

Art. 4º - Quando o pai e mãe tiverem ambos a condição de servidor ou inativo, e viverem em comum, o salário-família será concedido ao pai.

§ 1º - Se não viverem em comum, será concedido ao que tiver os dependentes sob sua guarda.

§ 2º - Se ambos o tiverem, será concedido a ambos, de acordo com a distribuição dos dependentes.

§ 3º - Ao pai e mãe egruposam-se o padastro e a madrasta.

Art. 5º - Para se habilitar à concessão do salário-família, o servidor ou inativo apresentará uma declaração de dependentes, indicando o cargo ou função que exerce, ou no qual estiver aposentado ou em disponibilidade.

§ único - Em relação a cada dependente, mencionará:

- a) nome completo;
- b) data e local de nascimento;
- c) se é filho consanguâneo, filho adotivo ou enteado;
- d) estado civil;
- e) se exerce atividade lucrativa e, em caso afirmativo, quanto ganha por mês, em média;
- f) se vive total ou parcialmente às expensas do declarante, informando, neste último caso, qual a contribuição que presta para a sua manutenção;
- g) no caso de ser maior de 18 anos, se é total e permanente incapaz para o trabalho, hipótese em que informará a causa e a espécie da invalidez;
- h) se filho ou enteado de outro servidor ou inativo do Município, fornecendo, nesse caso, as seguintes informações:
  - 1 - nome desse servidor ou inativo e o respectivo cargo ou função;
  - 2 - se esse servidor ou inativo vive em comum com o declarante; caso contrário,
  - 3 - se o dependente vive sob a guarda do declarante.

Artº 6º - O salário-família será concedido, mediante despacho, a vista das declarações recebidas, independentemente de prova.

Artº 7º - Dentro de 120 dias, contados da declaração, o servidor ou inativo comprovará, frente à autoridade concedente, as afirmações constantes dos itens "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 5º, pelos meios de prova admitidos em direito.

§ 1º - O Prefeito julgará a comprovação, podendo dispensar a apresentação de documentos que já estiverem registrados nos livros da Prefeitura.

§ 2º - Antes de julgar a comprovação, poderá o Prefeito proceder ou determinar as diligências que achar necessárias para verificar a exatidão das declarações, inclusive mandar submeter a exame médico as pessoas dadas por inválidas, recorrendo sempre que necessário, nesse e noutros casos, ao concurso das autoridades policiais.

Artº 8º - Não sendo apresentada, no prazo, a comprovação de que trata o artigo anterior, o Prefeito determinará a imediata suspensão do pagamento do salário-família, até que seja satisfeita a exigência.

Artº 9º - Verificada, a qualquer tempo, a inexatidão das declarações prestadas, será revisto a concessão do salário-família e determinado a reposição da importância indevidamente paga, mediante desconto mensal de 20% do vencimento, remuneração, salário ou provento, independentemente dos limites estabelecidos para as consignações em folhas de

pagamento.

Único - Provada a má fé, será aplicada a pena de demissão ou dispensa a bem do serviço público, ou cassada a aposentadoria ou disponibilidade, sem prejuízo da responsabilidade civil e do procedimento criminal que no caso couber.

Artº 10 - O servidor e o irrativo são obrigados a comunicar ao Prefeito, dentro de 15 dias, qualquer alteração que se verifique na situação dos dependentes, da qual decorra supressão ou redução do Salário-família.

Único - A inobservância desta disposição determinará as mesmas providências indicadas no artigo anterior.

Artº 11 - O salário-família relativo a cada dependente será devido a partir do mês em que tiver ocorrido o fato ou ato que lhe tiver dado origem, embora verificado no último dia do mês.

Artº 12 - Deixará de ser devido o salário-família relativo a cada dependente no mês seguinte ao ato ou fato que tiver determinado a sua supressão, embora ocorrido no primeiro dia do mês.

Artº 13 - A supressão ou redução do salário-família será determinada "ex-officio" pelo Prefeito, toda a vez que tiver conhecimento de circunstância, ato ou fato de que deva decorrer uma das providências.

Artº 14 - O salário-família será pago juntamente com o vencimento, remuneração, salário ou provento, independentemente de pedido

cação do ato de concessão.

Artº 15.- O salário-família será pago independentemente de frequência e produção do servidor e não poderá sofrer qualquer desconto, nem ser objeto de retenção, consignação em folha de pagamento, arresto, sequestro ou penhora.

Artº 16.- Não será percebido o salário-família nos casos em que o servidor ou inativo deixar de perceber o respectivo vencimento, remuneração, salário ou provento.

§ único.- O disposto neste artigo não se aplica aos casos disciplinares e férias, nem aos de licença por motivo de doença em pessoa da família.

Artº 17.- Será cassado o salário-família ao servidor ou inativo que comprovadamente, descumprir a subsistência e educação dos dependentes.

§ único.- A concessão será restabelecida se desaparecerem os motivos determinantes da cassação.

Artº 18.- Nenhum imposto, ou taxa gravará o salário-família, nem sobre ele será baseada qualquer contribuição.

Artº 19.- A fim de ocorrer às despesas da presente (decreto) dego da presente Lei, será oportunamente aberto o necessário crédito.

Artº 20.- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piedade em  
17 de Maio de 1948.

Raymundo Antunes Soares - Prefeito Municipal -  
João Dueno de Camargo - Secretário Contador  
Registrado e publicada no Secretário Mun-  
icipal, na mesma data supra.  
João Dueno de Camargo

Lei nº 74 de 10 de Junho de 1948  
Que dispõe sobre abertura de  
crédito especial de Cr\$ 26.760,00  
ao Distrito de Tapirai

Raymundo Antunes Soares, Prefeito Mun-  
icipal de Piedade, usando de suas atribuições  
conferidas por lei,

Faço saber que a Câmara Municipal  
decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto na Contadoria  
Municipal um crédito especial de Cr\$  
26.760,00 (vinte e seis mil, setecentos e sessen-  
ta cruzeiros) destinado as despesas de diversos  
serviços de melhoramentos públicos, na sede  
do Distrito de Tapirai.

§-único - O valor do presente crédito será  
coberto com os recursos provenientes do saldo  
financeiro transferido para este exercício.

Art. 2º A aplicação do crédito constante  
do artigo anterior, será feita mediante compo-  
nentes das despesas realizadas mensalmente.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as disposições em  
contrário.

Prefeitura Municipal de Piedade, em  
10 de Junho de 1948.

Raymundo Antunes Soares - Prefeito Municipal -